



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

## **1. ABERTURA**

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas nove horas e quarenta e dois minutos, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

### **I - ORDEM DO DIA**

#### **A. Secção de Administração Autárquica**

1. Ribeirapera – Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A. – Plano de Atividades e Orçamento para 2020
2. Secção de Recursos Humanos
  - 2.1. Mapa de Pessoal para o ano de 2020
3. Secção Financeira
  - 3.1. Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2020
  - 3.2. Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para 2020

### **II - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Tomou a palavra a Sra. Presidente questionando os Srs. Vereadores do Partido Socialista se viam inconveniente em adiar a próxima reunião de câmara para o dia quinze de novembro, uma vez que, juntamente com a Dra. Bernardina, estaria ausente numa formação durante três dias, o que por si só traria constrangimentos à organização da reunião em causa.

Não havendo inconveniente para os Srs. Vereadores foi então agendada a supramencionada reunião para a data proposta, pelas catorze horas e trinta minutos.

Seguidamente e não havendo inscrições no PAOD, a Sra. Presidente deu início à discussão dos pontos inseridos na Ordem do dia.

### **ORDEM DO DIA**

#### **2. RIBEIRAPERAPERA – SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASTANHEIRA DE PERA, E.M., S.A – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2020**

Presente o Plano de Atividades e Orçamento para 2020 da Ribeirapera - Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A. apresentado pelo Conselho de Administração da empresa.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

Nos termos do disposto nas alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua última redação, o referido documento, cuja cópia se anexa à presente informação, dela fazendo parte integrante para todos os devidos efeitos, submete-se, pois, à apreciação da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

**DISCUSSÃO:**

No uso da palavra o Sr. Vereador António Antunes referiu que as atividades já têm vindo a ser alvo de discussão em outras reuniões, mas que pretendia alguns esclarecimentos sobre o presente documento, nomeadamente no que concerne ao investimento de trinta mil euros em obras de recuperação do telhado de um edifício sito no Parque Industrial do Safrujo, conforme consta do ponto 3 daquele Plano de actividades, questionando de que edifício se trata. Para além disso, questionou também acerca da identidade do possível investidor e de que forma seria contraído o empréstimo, alertando para que só se assumisse o encargo do empréstimo quando se tivesse certeza de que haveria a instalação daquele investidor e que tal constituiria efetiva criação de riqueza e emprego no concelho.

Em resposta, o Sr. Vereador Nuno Óscar disse que, de facto, o assunto do orçamento já fora discutido em outras reuniões e que os Srs. Vereadores do PS tinham conhecimento das condicionantes existentes.

De seguida indicou que já foram contactados por duas empresas que manifestaram interesse na sua instalação naquele local, designadamente da APIN, frisando ainda, que a não realização de algumas intervenções reduzirá as hipóteses de se efetivar investimento por parte das empresas.

Relativamente à possibilidade de contração daquele empréstimo, que se destinaria à realização de uma intervenção no edifício localizado ao lado da “Bainha Aberta” cujo telhado cedeu, salvaguardou que o mesmo só será efetivado na certeza de existir a instalação das empresas.

Interveio a Sra. Presidente no sentido de indicar que a RibeiraPera detém um projeto interessante, do seu ponto de vista, que abrangeria a regeneração do edifício do Parque do Safrujo, por forma a possibilitar albergar mais empresas.

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes lembrou que existiram duas ou três reuniões em que o tema RibeiraPera foi debatido, incluindo estratégias destinadas a reabilitar e dinamizar aquele espaço, sendo que até se tinham assentado algumas ideias que deveriam merecer concretização. No entanto, posteriormente não foram informados sobre avanços ou desenvolvimentos na matéria em causa.

Desta forma, e falando em nome dos Vereadores do Partido Socialista, referiu que considera positiva a discussão acerca dos assuntos que se assumem preponderantes para o concelho, e solicitou de forma sincera que não lhes fosse apresentada uma solução para a qual não teriam contribuído, isto é, para a qual não se tenha solicitado que fossem parte integrante, ou seja, “pedia-vos uma coisa de uma forma muito sincera, não nos venham apresentar soluções sem que nos tenham pedido para discuti-las e sermos parte integrante delas. O que eu quero dizer com isto é: nós chegamos aqui a uma série de conclusões da RibeiraPera,



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

nomeadamente das obras do próprio espaço, do parque industrial, das estradas e dos contratos-programa. Portanto, quando estiverem a desenvolver esses projetos e essas matérias, chamem-nos à discussão, porque assinar por baixo qualquer documento que já esteja elaborado e que só sejamos chamados para a conhecer, não estamos disponíveis para isso.”

Mais acrescentou que os Vereadores do PS compreenderam que está a ser desenvolvido um projeto para o centro empresarial, pelo que aguardam mais esclarecimentos. Para além disso, disponibilizaram-se para contribuir naquilo que for possível. No entanto, e reiterando aquilo que já dissera, não se encontram disponíveis para assinar soluções relativamente às quais somente foram chamados para tomar conhecimento, ao invés de serem chamados para as discutirem e contribuírem para o seu conteúdo, repetindo novamente que os Vereadores do PS se encontram disponíveis para integrar as soluções do início ao fim.

Por último referiu que já tinham passado alguns meses desde a discussão acerca da RibeiraPera, bem como da discussão acerca das soluções que se ditavam, à data, como urgentes e desde essas reuniões não houve mais informações acerca da matéria, sendo que algumas intervenções/medidas se desenvolveriam nas semanas seguintes.

Intervindo, o Sr. Vereador Nuno Tomás referiu que ainda não tinham sido concretizadas as medidas e intervenções abordadas na reunião anterior em que o tema foi debatido, acrescentando que, inicialmente, procuraram obter financiamento para as designadas intervenções, mas até então, tal não se concretizou, comprometendo-se a fornecer informação aos Srs. Vereadores do PS assim que houvesse algum desenvolvimento relevante.

Solicitou então a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para corroborar com a intervenção do Sr. Vereador António Antunes, referindo que uma conduta leal poderá fazer com que a criação do grupo de trabalho para a RibeiraPera possa consubstanciar um exemplo para muitas outras matérias, e resultar na obtenção de uma solução sustentável e duradoura.

Salientou ainda que deverá existir um aprofundamento do espírito de grupo, sem o qual se torna comprometida a delineação de uma estratégia de captação de investimento e criação de emprego, que sem sombra de dúvida, deverá constituir o objetivo comum do executivo.

Relativamente ao Plano de Atividades, indicou que têm compreensão e conhecimento das contingências financeiras da empresa, bem como da existência de uma estratégia para fazer face às dificuldades com as quais a mesma se confronta. Indicou que o referido investimento/empréstimo de 30 mil euros faz naturalmente sentido, na condição de existir certeza relativamente à instalação do investidor. Para além disto, afirmou que havendo interesse do investidor poderá ser abordada e discutida a possibilidade de negociação direta com o mesmo, libertando a empresa do ónus financeiro do investimento.

Por fim, indagou se se mantém a intenção de reabilitar o espaço ocupado outrora pela Terserra para lá instalar o estaleiro municipal, uma vez que aquele espaço poderia oferecer-se como uma via complementar e central, acrescentando



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

que se a resposta à sua questão fosse positiva, esta deveria estar espelhada naquele Plano de Atividades.

Relativamente à questão colocada, referiu a Sra. Presidente que ainda estavam na fase de negociação do valor, lembrando que, inicialmente, a Caixa Geral de Depósitos apresentou uma proposta de 80 mil euros, tendo sido solicitada a redução daquele valor, pelo que se aguardaria resposta por parte daquela entidade.

Acrescentou o Sr. Vereador Nuno Tomás que daquilo que entendeu, o Sr. Vereador Gonçalo desejaria ver espelhado no Plano de Atividades a aquisição do espaço, no entanto, a ponderação que está a ser feita é a aquisição pela Câmara Municipal, e não pela RibeiraPera.

Interveio o Sr. Vereador António Antunes, para, a propósito das palavras do Sr. Vereador Nuno Tomás, esclarecer que o Sr. Vereador Gonçalo Lopes tentara alertar para o facto de no Plano de Atividades poder existir uma breve nota acerca da possível instalação do estaleiro municipal naquele parque. Ademais demonstrou que a opinião dos Vereadores do PS é que o estaleiro beneficiaria com aquela deslocação uma vez que a atual localização não é a ideal, em virtude de se encontrar mais descentralizado.

De novo no uso da palavra, a Sra. Presidente reafirmou que foi apresentada pela Câmara Municipal uma contraproposta à CGD, onde se invocaram uma série de custos que teriam com a reabilitação do espaço, alteração de áreas, bem como com a limpeza da fossa de óleo, que de acordo com os orçamentos solicitados, poderá ter um custo que ronda os 20 mil euros, aguardando-se a resposta.

Solicitou mais uma vez a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para realçar que a questão do condomínio tem de ser aferida e resolvida, uma vez que naquele parque existe um conjunto de infraestruturas comuns que têm de ser mantidas e outros gastos que devem ser considerados comuns, pelo que entendem tratar-se de matéria para reflexão. Mais esclareceu que foi partindo desta perspetiva de conjunto, que afirmou que faria sentido existir naquele documento uma menção à questão do lote e das diligências que estariam ou iriam ser encetadas.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

### **3. MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020**

Presente proposta de Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2020, que contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o cumprimento dos objetivos da organização, caracterizados em função das atividades e competências que o seu titular se destina a cumprir ou executar; ou do cargo, carreira e/ou categoria que lhes correspondam; e dentro de cada carreira



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

e/ou categoria a área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º, do Anexo I, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a Câmara Municipal delibere a sua aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal.

**DISCUSSÃO:**

No uso da palavra, a Sra. Presidente deu conta de que o mapa de pessoal, comparativamente com aquele que foi apresentado no ano anterior, teria sofrido apenas uma alteração que se relaciona com o Coordenador Municipal de Proteção Civil. Não obstante, salientou a intenção do Executivo de, no início do ano de 2020, apresentarem um quadro de pessoal e um organograma diferente do que foi agora apresentado, fruto de uma reorganização dos serviços que pretendem levar a efeito.

Seguidamente e considerando o que foi dito pela Sra. Presidente, questionou o Sr. Vereador António Antunes acerca da solução encontrada e quais as alterações que poderão vir a decorrer no próximo ano.

Respondendo, a Sra. Presidente disse que ainda não foi delineada uma definição integral das opções que serão tomadas a nível de Mapa de Pessoal, até porque terão primeiramente de definir a linha condutora que permita assumir aquilo que será imposto ao Município no ano de 2020 e seguintes.

Esclareceu que a amortização de três empréstimos facilitará esta tarefa, uma vez que libertará verba necessária para outras rubricas. Para além disto, referiu que algumas rubricas têm valores reduzidos, e que o objetivo passará pelo seu reforço posterior, mediante o saldo de gerência e do valor libertado pelas amortizações, tal como consta na nota final do orçamento apresentado.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes indagou como será realizado este reajuste no quadro e questionou se a prioridade será dada ao quadro técnico. Referiu ainda que para além das amortizações, haverá quebra na receita, em virtude da redução na cobrança de taxas, sendo que no documento ainda consta uma redução significativa na despesa. Posto isto, salientou que a contabilização surge dificultada, considerando que cada ano se assume como um ano diferente, exigindo um encaixe estruturado.

Interveio a Sra. Presidente clarificando que, no seu entendimento, deverá passar pelo reforço do quadro técnico, uma vez que se torna in comportável, por exemplo, existir somente uma técnica na área de Direito, ainda mais quando é a única Chefe de Divisão dos serviços.

Intervindo, o Sr. Vereador António Antunes salientou que a Câmara Municipal apresenta um défice enorme de pessoas no exterior, colaboradores essenciais e necessários para que haja manutenção dos espaços, desde logo porque não poderá o Município desejar apostar no Turismo e apresentar ruas que não têm intervenção durante várias semanas. Portanto, indicou que existem duas soluções, ou pela contratação de serviços externos ou garantindo que o Município



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

detém um quadro de pessoal e equipamentos, sendo que essa opção terá de ser feita com a consciência de que, apesar de o valor referido ser significativo, não dará para tudo.

No uso da palavra, a Sra. Presidente realçou que ainda está em curso um Concurso para a vaga de assistente operacional e que, com a transferência dos serviços de águas e saneamento, aqueles colaboradores que não tenham optado pela transferência, serão afetos a outros serviços, ao que o Sr. Vereador António Antunes questionou se serão suficientes.

Em resposta, adiantou a Sra. Presidente que não têm ainda informação do número de pessoas que, daquele universo de 14 pessoas poderão transitar para a referida empresa, contudo, as equipas que têm de ser reforçadas são efetivamente as de limpeza e obras.

Referiu o Sr. Vereador António Antunes que deve haver uma ponderação das opções a serem tomadas, ressaltando que estas constituem notas das suas preocupações.

Interveio a Sra. Presidente afirmando que a nível de quadro técnico, carece de reformulação, nomeadamente o setor das obras, a secção financeira e até a secção de aprovisionamento que não poderá continuar a laborar somente com duas pessoas.

Acrescentou ainda que, por consideração ao conjunto de alterações que terão lugar no próximo ano, a secção Financeira deveria ser reforçada, informando que o concurso de estágios PEPAL evidencia essa mesma preocupação, daí que se tenha requerido estagiários, nomeadamente para esse setor.

Seguidamente afirmou que também necessitam de uma pessoa que estivesse afeta às candidaturas, tendo sido essa opção alvo de concordância por parte dos Srs. Vereadores do PS.

No uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes afirmou que uma vez que a RibeiraPera irá constituir um centro empresarial, e se esta empresa se pretende destacar pela dinamização daquele espaço, fará sentido que se crie naquele espaço um gabinete afeto às candidaturas, até por consideração à vigência dos contratos-programa. Referiu que nesta matéria das candidaturas têm sido contratadas empresas/instituições que apoiam na elaboração das mesmas, no entanto, estas não têm existência no terreno, pelo que, por maioria de razão, faria sentido a criação daquele gabinete.

Acrescentou o Sr. Vereador Nuno Tomás que a criação do referido gabinete no centro empresarial da RibeiraPera, não obsta a que exista alguém afeto a essas mesmas funções na Câmara Municipal para o desenvolvimento de candidaturas noutras áreas.





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

Retorquindo, o Sr. Vereador António Antunes afirmou considerar que quem esteja naquele gabinete, que poderá ser mais do que uma pessoa, em face das necessidades sentidas, poderá sim desenvolver um trabalho mais amplo.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente colocou a votação a presente proposta de deliberação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes no sentido que fosse aditada à presente ata o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista, contextualizando a abstenção naquilo que referiram acerca do assunto em análise, acrescentando que todos estão cientes da existência de uma enorme carência do Município a nível de recursos humanos, nomeadamente técnicos. Portanto, consideraram os Vereadores do PS, que seria o momento ideal para trazer a esta reunião um documento que espelhasse o teor das alterações que o executivo pretende efetivar no ano de 2020.

Afirmou que, do ponto de vista dos Vereadores do PS, se assume como um mau pronúncio trazer uma proposta na expectativa de ser revista ou atualizada. Neste sentido e apesar de acompanharem a perspetiva de reformulação e reorganização dos serviços e recursos, consideram que o documento agora apresentado já deveria assumir os moldes das alterações que se pretendem materializar.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente afirmou que a esquematização e planeamento da reforma ainda não se encontra efetivada, daí que o Mapa de Pessoal ainda se apresente nestes moldes.

Acrescentou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que o trabalho prévio à reformulação teria de ter sido realizado atempadamente, por forma a apresentar-se um documento onde se demonstrassem as áreas técnicas carenciadas, e onde pretendessem acrescentar ou reformular.

Seguidamente, esclareceu a Sra. Presidente que durante este ano foram sentidos enormes constrangimentos por quem labora nesta Câmara no executar de um trabalho de forma linear, derivados, nomeadamente, do enorme volume de trabalho e da sua complexidade técnica.

Afirmou que os colaboradores *“dão aquilo que têm e não têm”*, quer em termos de horário, quer em termos de disponibilidade, aditando que quem acompanha sabe as dificuldades inerentes. Por esta razão, considerou que a organização administrativa e o quadro de pessoal devem ter lugar de uma forma devidamente estruturada, que permita a estabilidade e qualidade de vida, inclusive dos colaboradores da Câmara Municipal.

No uso da palavra, referiu o Sr. Vereador António Antunes que ninguém colocou em causa o esforço dos colaboradores. Afirmou sim que existindo um



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

planeamento, sabendo onde serão alocadas as verbas, sabendo o executivo as carências e dificuldades sentidas nos setores e departamentos da Câmara Municipal, faria sentido terem apresentado um documento que refletisse isso mesmo, e que o próprio quadro de pessoal espelhasse essa intenção.

A Sra. Presidente prosseguiu com a ordem de trabalhos.

**4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2020**

Conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, procedeu-se à elaboração das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento para o ano económico de 2020, que apresentam os seguintes valores:

- Grandes Opções do Plano - 5.466.005,00 €
- Orçamento da Receita - 7.495.061,00 €
- Orçamento da Despesa - 7.495.061,00 €

Propõe-se que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal delibere a sua aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal.

**DISCUSSÃO:**

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, em nome dos Vereadores do PS, teceu um agradecimento aos colaboradores do Município pelo trabalho de excelência na construção deste documento previsional e no envio atempado do mesmo aos membros do executivo, por forma a permitir que conseguissem conceder o seu contributo no sentido de o melhorar do ponto de vista da materialização.

Realizado o agradecimento, indicou que infelizmente para o concelho, a discussão acerca do documento não se afastará muito daquela que foi tida relativamente ao orçamento de 2019, sendo que realizará uma análise política do presente documento, deixando a análise dos números para o Sr. Vereador António Antunes.

Saudou o reenvio do documento com a inclusão de uma nota introdutória redigida pela Sra. Presidente, reafirmando a importância deste tipo de documento se fazer acompanhar de uma mensagem do líder, que por sua vez, aponte o rumo, e a definição de uma estratégia para o concelho.

Para além disto, saudou a Sra. Presidente por ter enriquecido o documento com aquela mensagem introdutória e pela extraordinária redação do mesmo, assumindo que se encontra redigido num estilo muito próprio e inconfundível.

Acerca do conteúdo do Orçamento, e referindo que “*é um ato de liberdade ler um livro pelo fim*”, iniciou o seu comentário pela conclusão do documento, evidenciado a parte final a negrito onde se lê que “2020 pode assumir outros valores”, com a aplicação do saldo de gerência de 2019, em sede de revisão orçamental.

A este propósito comentou que, ao se apresentar um documento com a ressalva de que será retificado, constitui um péssimo sinal, revelador de alguma





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

inconsistência no modo como é encarado o documento, considerando que constituiria uma opção mais satisfatória, salvo melhor opinião, que fosse apresentado um documento mais trabalhado, mais consistente, isto porque o que agora expôs se assume como um paradoxo.

Mais, acrescentou que considerando a forma como foi contextualizado o documento não augura nada de bom para o concelho, uma vez que denota alguma instabilidade para o rigor que se exige nestes documentos.

Seguidamente, afirmando que não pretendia repetir aquilo que foi dito no ano anterior, comentou que os Vereadores do PS gostariam de tecer comentários de natureza diferente, mas que, todavia, a Sra. Presidente não lhes deu motivos para tal, pois, se por um lado, o documento termina daquela forma, por outro, na esmagadora maioria do seu articulado, se constituía como uma assunção de incapacidade, justificando essa expressão com o facto de vir evidenciado naquele documento, um conjunto de projetos e intervenções, em que mais de 80% ou 90% se traduzem em projetos que transitaram do pós-incêndio, e que decorridos dois anos ainda andam “à luta” para os materializar, ressalvando o respeito absoluto pelas opções do executivo.

Prosseguindo, afirmou que no entendimento dos Vereadores do PS, se “*deveria andar mais rápido*”, uma vez que o tempo após a catástrofe simboliza também um período de oportunidade. Ademais, considerou que às vezes lhe parece que o concelho estará a perder o “*comboio da oportunidade*”, comparativamente com as ações desenvolvidas pelos territórios com contingências semelhantes às do concelho de Castanheira de Pera. De facto, constatou que estes têm, de alguma forma, conseguido capitalizar e, por antítese, Castanheira de Pera vem ficando refém da sua interioridade, do despovoamento, sem que se consiga definir uma estratégia de reversão das circunstâncias.

Por fim, e em traços gerais, considerou que esta terá sido mais uma oportunidade perdida, sendo que novamente se empurrará para o ano de 2020, à semelhança dos 3 milhões e meio que foram empurrados no ano anterior. Ademais, firmou que estarão presentes para ver de que forma este orçamento se efetiva em termos de execução de contas, como se materializarão as taxas de execução e em que termos.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes corroborou das palavras do Vereador Gonçalo Lopes, afirmando, para além disso, que a nota introdutória é quase lírica quando comparada com o restante orçamento e com aquilo que realmente se pretende executar, referindo que se a mesma não estivesse assinada pela Sra. Presidente, diria que estava completamente descontextualizado em relação ao orçamento.

Iniciou a análise do documento pela política de investimento, incentivo ao mesmo e aposta em investidores privados, revelando que não compreendeu o que se pretendia dizer, pelo que questionou quem seriam os investidores e se seriam aqueles que a Sra. Presidente teria desperdiçado há dois anos, conforme já fora discutido diversas vezes em sede de reunião de Câmara.

Prosseguindo, questionou que planos estratégicos tinham delineado para o Município, reiterando que apesar de terem demonstrado concordância com a aposta na área do Turismo, consideram que a mesma deve ser dinamizada,



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

relembrando que existe uma empresa municipal com esse mesmo objeto. A par disto. Salientou que a carência está na fixação de pessoas no território, e que a mesma decorre, naturalmente, da capacidade de gerar emprego, não se verificando que o executivo tenha desenvolvido ações neste sentido, aliás desperdiçou dois ou três investimentos que se consideravam como certos e, inclusivamente no que respeita a um deles, a Sra. Presidente, numa reunião de Câmara referiu “*não fez nada*”.

Considerou o Sr. Vereador António Antunes que, atendendo ao exposto, se assume como um contrassenso afirmar no orçamento a aposta nos investidores privados, pelo que questionou novamente quem seriam os investidores a que se referiam naquele documento.

De seguida, e em relação à situação financeira do Município, afirmou que no ano em que o executivo tomou posse, haveria um saldo de gerência de cerca de dois milhões e cem mil euros, e considerando a natural oscilação do valor, não surgem indícios de que o executivo tivesse feito um trabalho extraordinário nessa matéria, desde logo porque não houve investimento, ou melhor, o investimento realizado reduziu-se àquilo que tinha sido a “oportunidade” de 2017, ao qual não acresceu grande coisa desde então.

No que toca à política de incentivo às empresas e precisamente no que toca às taxas fiscais, os Vereadores do PS consideram que é uma mais-valia, todavia apontam que é necessário mais, salientando que se assume imperativo ter a capacidade de criar condições para que haja fixação de empresas, até porque todos andam a tentar resolver o problema RibeiraPera, que não se oferece como uma solução imediata, e que a solução imediata anda a ser empurrada há dois anos pelo executivo.

Na continuação, procedeu à leitura do parágrafo do documento com o seguinte conteúdo: “o próximo ano é determinante para a execução de projetos estratégicos, que permitam afirmar Castanheira de Pera como destino privilegiado para visitar, trabalhar e viver, tirando partido da nossa paisagem, localização geográfica e acessibilidades”, alertado que a oportunidade já ocorreu há dois anos, e que a oportunidade se vai esfumando, não se verificando que os senhores Vereadores e a Sra. Presidente estejam a conseguir agarrá-la. Realçou assim, ter considerado lírico o facto de se escrever um objetivo que, mais à frente, se reflete nas Grandes Opções do Plano que não se conseguirá concretizar.

Seguidamente, e no que toca à economia, indústria e energia, onde se registam projectos novos, como por exemplo, o Passadiços das Quelhas que passará para o ano de 2020, relativamente ao qual já existe projeto e contrato de execução, referiu que quando se diz novamente “*na área de função económica como uma área potencialmente de fixação de empresas e consequentemente de pessoas, através da criação de empregos, procuraremos desenvolver medidas que criem condições para o efeito. É quase para perguntar como? quando? onde? quem?*”.

Por fim, relativamente à conclusão do documento, corroborou as palavras do Sr. Vereador Gonçalo Lopes.

Seguidamente, referiu que pretendia fazer uma breve análise dos números presentes no orçamento, salientando ab initio a diferença de valor, em comparação



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

com o orçamento do ano anterior, de sensivelmente dois milhões e quatrocentos e cinquenta mil euros, considerando que no fundo se interliga com a execução e transferências de capital.

Ademais, questionou e lamentou a transferência de um milhão e pouco de euros que advém do orçamento de 2018, revelando que várias vezes tocaram no assunto por forma a evidenciarem a preocupação que subjaz ao referido assunto. Constatou a redução significativa de receitas, considerando que tal se justifica na transferência de competências e funcionamento da empresa intermunicipal de águas. Constatou ainda que se denota um aumento da despesa com o Pessoal de cerca de quarenta mil euros, que julga justificar-se na entrada, por exemplo, da engenheira florestal, tendo acrescentado a Sra. Presidente que também se deve a atualizações das posições remuneratórias.

Relativamente ao quadro representativo das Grandes Opções do Plano para 2020, constante da página 20, o Sr. Vereador António Antunes transmitiu que lhe chamaram a atenção a diferença entre os valores previstos, comparativamente com o orçamento do ano anterior, designadamente nas rubricas Ação Social, Desporto, recreio e lazer e o Turismo, uma vez que a primeira teve um acréscimo de 41.486 mil euros, o Desporto por sua vez, regista um decréscimo de 207.785 mil euros, e por fim o Turismo conta com um acréscimo de 182.545 mil euros. Feita esta contextualização, e ressaltando que esperavam que não houvesse um desinvestimento na rubrica do Desporto, recreio e lazer, questionou a existência daquela diferença.

Além disso, e no que toca à rubrica do Turismo, evidenciou que existe uma empresa municipal responsável nessa matéria, e que, pelo que têm conhecimento, até tem demonstrado excelentes indicadores relativos ao ano de 2019, pelo que questionou a razão que fundamenta o acréscimo nesta rubrica. Indagou ainda por que razão não possui a Prazilândia um papel mais ativo nesta matéria, permitindo que houvesse lugar à libertação desse investimento para outras matérias que também se assumem como preponderantes no que respeita ao desenvolvimento do concelho.

Em resposta, a Sra. Presidente começou por afirmar que aquele documento não consubstancia um documento seu, mas antes um documento de equipa. No que toca à nota introdutória, afirmou que são livres de apresentar a leitura que fizeram daquele documento, sendo que considera que o mesmo está devidamente enquadrado.

Prosseguindo, referiu que a alteração na rubrica não consubstancia desinvestimento no Desporto e que isso é visível, nomeadamente no desenvolvimento de intervenções que têm levado a cabo para melhorar espaços que não detinham condições, como é o caso do Pavilhão Municipal, sendo que também tem merecido atenção as condições gerais do edifício que serve de instalação ao Sport.

Relativamente à rubrica do Turismo, esclareceu o Sr. Vereador João Graça que têm programado a realização de certos investimentos que justificam o indicado aumento.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

Mais referiu concordar em parte que deve haver um aproveitamento do know-how detido ou potencialmente detido pela empresa municipal Prazilândia que possa auxiliar o Município a desenvolver a estratégia preconizada.

Deu nota que trouxe um documento que até faria sentido constar no orçamento relativo aos investimentos que se preveem realizar, os quais passou a elencar. Um deles seria o Passadiço das Quelhas que tem início previsto para o dia 15 do próximo mês e término em janeiro, salvo se as condições climatéricas trouxerem algum constrangimento a nível de execução da obra. Além disto, afirmou que a obra referida terá uma comparticipação de 357 mil euros e um investimento de capitais próprios de 39 mil euros.

Seguidamente referiu que haverá uma aposta na valorização, reformulação e ampliação dos percursos pedestres, uma vez que alguns dos já existentes, designadamente na zona do Coentral, estariam incompletos, danificados ou não terminariam em circuito, sendo que houve lugar à adaptação de alguns e acrescento de outros. Por sua vez, esta reformulação dos percursos contará com um financiamento de 76 mil euros e um investimento de capitais próprios de 13 mil euros.

Prosseguindo, indicou que naquele investimento se inclui o projeto da rede de percursos de natureza da Ribeira de Pera que terá um financiamento de 66 mil euros e o investimento de 27 mil euros de capitais próprios. Este projeto conta com a instalação de um centro de BTT, ou na zona da Praia das Rocas ou na Casa do Tempo, onde as pessoas poderão utilizar as bicicletas de forma gratuita ou a um preço simbólico, por forma a se deslocarem no concelho, e que também poderão usar o espaço para colocar as suas próprias bicicletas. Para além disto, a candidatura prevê a criação de dois percursos circuláveis em alcatrão, um que permitirá o trânsito entre a Praia das Rocas – Coentral, e outro que permite ir ao Ameal – Poço Corga – Praia das Rocas.

Elencada naquela lista surge a intenção de estruturação de quatro percursos pedestres, sendo que um deles deverá ser localizado no Jardim Bissaya Barreto, uma vez que é uma zona que permite realizar um percurso sem barreiras arquitetónicas, possibilitando que as pessoas com mobilidade condicionada usufruam daquele espaço. Os outros deverão ser localizados na zona de Pera, Sarzedas de S. Pedro e o outro que ligará a Fábrica dos Rapos ao Souto Escuro, por forma a criar uma rede de percursos que permita a ligação do norte ao sul do concelho.

Seguidamente informou os presentes da intenção de criar o evento “Serra da Lousã – Walking Festival” que será organizado mediante capitais próprios, prevendo-se uma verba de 13 mil euros para o efeito. O evento decorrerá durante dois dias, preferencialmente ao fim-de-semana, integrando a realização de quatro caminhadas guiadas, sendo algumas mais dirigidas à competição, outras ao lazer, com temáticas diferentes, sendo elas fauna e flora, ruídos e sons da floresta e água. O objetivo passará pela inclusão deste evento no calendário de percursos pedestres, a realizar-se todos os anos, tal como acontece por exemplo com as concentrações motares. Ademais referiu que o evento contará também com a realização de palestras, atividades e animação, quer no contexto de sala, quer ao ar livre.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

Para além disto, demonstrou intenção de ser elaborada uma candidatura destinada a reaver a bandeira azul, que implicará um investimento de cerca de 8 mil euros de capitais próprios para a elaboração da candidatura e projeto.

Realçou que se integra nas opções em sede de turismo de implementar uma estratégia municipal de educação ambiental, abrangendo a realização de workshops com temáticas ligadas à educação ambiental e preservação do ecossistema, por forma a sensibilizar a população sobre esta relevante matéria.

Elencou também a intenção de desenvolver um escudo que permita averiguar o grau de satisfação da experiência turística dos utilizadores da Praia das Rocas, tendo considerado que tal nunca teria sido feito. Justificou que muitas vezes as pessoas vão deixando comentários nas redes sociais, no entanto nunca foi realizado um estudo rigoroso do grau de satisfação do cliente, que se afirmaria como uma maior valia, desde logo para que se consiga melhorar a experiência tida pelos seus utilizadores, através da identificação feita por estes, dos pontos favoráveis ou desfavoráveis existentes.

Referiu que se encontra planeado a realização de um percurso na vila, que valorizasse duas valências que se encontram no esquecimento, sendo elas a utilização da Fonte do Fundo e da Fonte do Cimo, esta última símbolo da Ribeira da Eira Velha. O percurso sinalizado e composto por zonas interpretativas da história de Castanheira aproveitará o trecho do Ribeiro do Outeiro, no qual existirão 100 metros de passadiço. Para além disto, percorrerá a zona da Eira Velha, o alto da vila, centro histórico e termina na Fonte do Fundo.

Acrescentou a requalificação e beneficiação da área envolvente da capela de S. António da Neve, que incluirá a recuperação e beneficiação dos sanitários, ligeira intervenção de limpeza nos poços de neve, construção de um parque de estacionamento, colocação de sistema de recolha de resíduos e reciclagem e recuperação da própria envolvente da igreja através da colocação de um pavimento. Para além disto, prevê-se a inclusão naquela zona de mapas de leitura/mapas interpretativos da história daquele espaço, bem como de um centro interpretativo sensivelmente na zona do Miradouro, “na zona por baixo da pista”. Para a realização desta beneficiação, indicou uma verba necessária de 80 mil euros, sendo que parte do valor poderá, eventualmente, ser financiado pela CIM, no âmbito da sobra de verbas existentes. No entanto, na impossibilidade desse financiamento, indicou o Sr. Vereador João Graça que a intenção é a de realização da referida obra com capitais próprios, uma vez que provavelmente aquele espaço se assume como uma nota histórica e distintiva dos demais concelhos.

Por fim, indicou uma avença de 5 mil euros alocada a consultoria técnica e científica na área do Turismo, de forma a que, na possibilidade de abrirem avisos se possa candidatar imediatamente outras intervenções. Ademais, concordou com a referência feita pelos Srs. Vereadores do PS acerca de intervenções que, na sua opinião, também fazem todo o sentido, no S. João da Mata ou a possibilidade de deslocação do Estaleiro Municipal.

No uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes lamentou que aquele documento não fizesse parte do orçamento, uma vez que ele é elucidativo da estratégia delineada para 2020, sendo que teria poupado as questões dos Vereadores do PS. Para além disto, questionou se a Prazilândia estaria integrada





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

neste documento, ao que o Sr. Vereador João Graça respondeu que o documento foi construído de forma autónoma para o orçamento.

Retomando, o Sr. Vereador António Antunes indicou que considerava lamentável não ter existido essa interação com a empresa municipal nesta matéria, na medida em que o seu objeto se traduz efetivamente nas medidas supra referidas.

Tomando a palavra a Sra. Presidente indicou que na impossibilidade de terem elementos mais concretos acerca dos resultados obtidos pela empresa, parece ser dado adquirido que efetivamente 2019 consubstanciou um ano excelente para a Prazilândia. Contudo, e considerando os objetivos e investimentos que a empresa se propõe realizar no ano de 2020 e a continuação e renegociação do leasing, o executivo entendeu manter o valor do contrato-programa. Contudo, salientou que partilha da opinião dos Srs. Vereadores do PS de que não deverá manter-se por muito mais tempo este apoio, uma vez que a empresa demonstra ter capacidade financeira e autossustentabilidade.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes constatando que existem outros edifícios/espacos que merecem nova identidade, exemplificando com o S. João da Mata, Cova das Malhadas, ou mesmo o edifício do Soares que, na opinião do Sr. Vereador detém uma contextualização privilegiadíssima no contexto de Turismo de Natureza e Montanha, pelo que a Câmara Municipal poderia criar condições para que, por exemplo, uma Associação de Desportos de natureza se instalasse ali criando um, até para quem estivesse de passagem parar ali e tomar um café antes de seguir viagem. Por fim, e na senda do documento apresentado pelo Sr. Vereador João Graça, referiu que considera que o mesmo devesse integrar o orçamento, até pela sua objetividade, tendo agradecido a apresentação de um conjunto de medidas que, nesta área do Turismo, podem representar uma aposta e um investimento efetivo.

Para além disto, considerou inédita a apresentação daquela lista de medidas, felicitando e considerando que tal devesse ser replicado em outras áreas, uma vez que, no seu entendimento, as coisas devem ser assim feitas. Ademais, referiu que muitas vezes é exatamente isto que falta, é objetividade, estratégia, definição de objetivos e critérios, no que diz respeito a outra área que serve de complemento a esta, o eixo fundamental do empreendedorismo, a fixação e captação de investimento, a fixação de pessoas.

Prosseguindo, reiterou que os Vereadores do PS acompanham o raciocínio da aposta no Turismo, e que por isso mesmo consideram que a estratégia deve ser objeto de grande reflexão e de profunda discussão antes da sua implementação, para que a sazonalidade deixe de ter o impacto como ele é sentido agora.

Por fim, constatou que existindo uma empresa municipal cujo objeto se traduz na prossecução de objetivos na área do turismo, faria todo o sentido convergir numa estratégia em conjunto, pois considera que apesar da instalação de certos equipamentos passar pela Câmara Municipal, a sua exploração e dinamização fica a cargo da empresa.

Desta forma, reiterou que faria todo o sentido incluir este agente na estratégia apresentada pelo Sr. Vice-Presidente, tendo-o congratulado pois com





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

aquele documento respondera aos anseios sentidos pelos Vereadores do PS, manifestando, ainda, disponibilidade para participarem na discussão e aperfeiçoamento do já citado documento.

Constatou o Sr. Vereador António Antunes que se torna ingrato analisar números, desde logo porque estes podem representar inúmeras situações. E que se não tivessem questionado, não teriam conhecimento deste conjunto de medidas, por isso considerou que estas informações devem acompanhar este tipo de documentos na medida em que apontaria um rumo, uma estratégia. Confessou que o ocorrido na área do Turismo é a síntese daquilo que considerava que deveria ter sido feito desde o início, isto é, esperava existir uma integração diferente das matérias.

No uso da palavra, a Sra. Presidente disse que às intervenções referidas pelo Sr. Vereador Gonçalo Lopes podem ser somadas outras, nomeadamente os espaços referidos, desde que se criem condições para o efeito. Aproveitou para informar que alguns dos espaços têm sido alvo de visitas por parte de algumas entidades.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes informou que havia uma candidatura no âmbito de requalificação de espaços militares, considerando que aquele espaço tem uma capacidade extraordinária pela localização, podendo funcionar como alojamento, combatendo a sazonalidade inerente à Praia das Rocas.

Na questão do resumo orçamental das grandes opções do plano gostaria de ver algumas questões esclarecidas, desde logo evidenciou em forma de nota, o acréscimo de nove mil euros na classificação dos refeitórios escolares, ao que a Sra. Presidente esclareceu que aquele valor se deve ao acréscimo de refeições sociais servidas.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes indicou que na classificação orçamental 0102-020214 – Estudos, pareceres, projetos e consultadoria – existiria um pequeno ajuste no valor do revisor oficial de contas, e que para além disto existiria uma nova rubrica dedicado ao desenvolvimento de projeto de execução para lançamento de empreitada, todavia não referia qual e no mapa detalhado também não lhe daria certeza se estaria associada a uma valorização.

Em resposta, a Sra. Presidente indicou que se trata de uma candidatura realizada ao fundo ambiental, mais concretamente à sua terceira fase de limpeza da ribeira a norte do concelho.

Prosseguindo, o Sr. Vereador António Antunes constatou que, se por um lado, a obra custaria 161.400,00 €, por outro lado, só o projeto custaria 55.350,00 €, questionou no que consistiria a referida intervenção.

Relativamente a esta questão, esclareceu a Sra. Presidente que aquele valor afeto à candidatura estaria incorreto. No entanto, uma vez que a candidatura em causa ainda se encontra em análise, a retificação somente poderá ter lugar



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

quando a mesma for aprovada. Para além disso, referiu que a candidatura em causa prevê a intervenção em moldes semelhantes à que teve lugar no sul do concelho.

Retomando, o Sr. Vereador António Antunes, referindo que apesar de o valor ser diferente, o enquadramento é praticamente o mesmo da candidatura anterior e uma vez que o valor do projeto não se encontra correto, questionou qual seria o valor, sendo que a Sra. Presidente não se lembra do valor final.

Continuando na análise, referiu a classificação 0102 – 02022599 – Outros - constatando que algumas rubricas que realçam, designadamente o valor de 10 mil euros em iluminação de Natal, uma vez que no ano anterior somente teriam sido cabimentados 2500 euros. Dito isto, e considerando que este evento é organizado pela empresa municipal Prazilândia, questionou a razão por que o Município tem de ter este acréscimo para um evento que não é da sua responsabilidade. Acrescentou que compreende a natural cooperação que deve existir a nível de logística, mas não na cabimentação financeira. Indicou que existem duas rubricas destinadas à contratação de serviços, no valor de 22 e 18 mil euros, existindo outras rubricas destinadas à montagem e desmontagem de eventos, sendo que gostaria de saber que valores serão canalizados para a empresa municipal, designadamente para um evento que é da sua responsabilidade e não da Câmara Municipal.

Mais apontou que o Percurso de Lanifícios, que durante a campanha eleitoral foi apresentado pelo PSD e com o qual os Srs. Vereadores do PS concordariam, teria desaparecido do Orçamento.

Para além disto, teria sido criada uma nova rubrica, designada "outros", no valor de 10. 764,00 €, não sabendo para onde seria alocado este valor.

Na senda do desaparecimento da rubrica do Percurso dos Lanifícios, esclareceu o Sr. Vereador João Graça que a ideia se manteria, no entanto, havia sido realizada uma adaptação à rede de percursos da Ribeira de Pera, pois assim poderia existir um aproveitamento das candidaturas realizadas no âmbito do fundo ambiental. Para além disto, indicou que o Torgal faz a clara distinção naquilo que são as temáticas que temos presente no curso da ribeira, o norte do Torgal marca a existência de moinhos, enquanto a parte sul é a zona industrial. Revelou que continua a ter sentido a criação de uma rota de percursos pedestres que incluía a rota dos açudes de lanifícios, marco ímpar e que deve ser valorizado, uma vez que se constitui património industrial. Contudo, indicou que, por exemplo, o percurso pedestre a ser criado no Rapos já contempla essa situação, que pode abranger uma componente histórica.

Relativamente a isto, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes apelou a que se mantivesse a medida dos percursos dos lanifícios, uma vez que no seu entendimento ela encontra razão de ser.

No seguimento e no que toca à classificação 040 471 – Instituições sem fins lucrativos -, o Sr. Vereador António Antunes realçou a existência de rubricas novas e a necessidade de existir naquele documento verba alocada, independentemente de



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

já haver ou não decisão acerca da sua utilização. Ademais, questionou a razão pela qual a Pinhais do Zêzere teria deixado de ter um valor definido, passando a constar a verba de 1 € para aquela entidade.

No uso da palavra, a Sra. Presidente referiu que tal acontece para que se possa reforçar o saldo de gerência, e também porque ainda aguardam a análise sobre a Pinhais e a solução que lhe será dada. No seguimento, e face a esta explicação, os Vereadores do PS demonstraram continuar sem perceber a razão para constar naquele documento 1€ de apoio.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes na senda do que já foi discutido em sede da RibeiraPera e da informação que previa a existência de contratos-programa, e na medida em que se considerou de forma geral que deveria existir um documento onde isso fosse perfeitamente esclarecido, questionou o Sr. Vereador se tal documento já existia.

Em relação a isto, esclareceu a Sra. Presidente que a pretensão teria sido formalmente redigida à RibeiraPera e que ela o teria, ao que o Sr. Vereador António Antunes solicitou que o mesmo lhe fosse remetido.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes abordou a questão da Reestruturação das Casas de Banho Públicas, constante na rubrica 0102 07010203 – Reparação e Beneficiação, questionando que tipo de intervenção estava prevista realizar.

Em resposta, a Sra. Presidente esclareceu que se trataria da reformulação daquele espaço, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, indicando que concordam, mas que o mesmo deve ser aproveitado para outro fim.

Seguidamente, a Sra. Presidente reiterou que tal não implica que sejam criadas outras casas de banho em outro local, em complemento daquelas. Contudo, consideravam que o edifício existente tinha valor e que se consegue conceder outra dignidade ao espaço em si.

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes indagou relativamente às requalificações do espaço da EB 2,3, sede do Agrupamento, e aos arranjos exteriores no Jardim de Infância.

Esclareceu o Sr. Vereador João Graça que tanto o 1º ciclo, como a Pré-escola carecem de intervenções estruturais nos edifícios, em virtude das graves infiltrações existentes nos mesmos. E no que toca aos arranjos exteriores, equacionaram a colocação de relva sintética, o que permitiria uma utilização polivalente do espaço.

Questionou o Sr. Vereador António Antunes se a solução referida ia ao encontro do pretendido pelas pessoas que lá trabalham.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

Referiu o Sr. Vereador João Graça que obviamente existem opiniões discordantes, no entanto nas reuniões com a Diretora e com as Educadoras de Infância, concluíram que aquela solução não condicionava nenhuma das possíveis utilizações. Contudo, ressaltou que ainda não existe uma decisão acerca do assunto.

De seguida, o Sr. Vereador António Antunes indagou quanto à questão do edifício da antiga escola primária Viscondessa Nova Granada, se seria ou não reabilitado, uma vez que quer o projeto, quer os fundos já estão cabimentados.

Reafirmou a Sra. Presidente que se mantém a intenção de reabilitação, contudo a prioridade do orçamento no ano anterior foi o Fundo de Emergência Municipal, referindo que o executivo está a conseguir cumprir aquilo com que se comprometeu.

Nesta senda, o Sr. Vereador António Antunes contestou que efetivamente foram cumpridos os prazos legais, todavia as necessidades já passaram e já deveriam estar executados. Seguidamente enunciou que na rubrica da regeneração de edifícios e construção municipais, e designadamente quanto à requalificação e recuperação do mercado municipal, rubrica que surge no orçamento desde 2018, se perdeu uma candidatura mediante a qual se faria a beneficiação daquele espaço. Independentemente da possibilidade de deslocação do mercado reiterou que aquele espaço carece de obras de melhoramento que poderiam ter sido realizadas no âmbito daquela oportunidade perdida.

Relativamente a isto, referiu a Sra. Presidente que não saberia se as obras desejadas caberiam no âmbito daquela candidatura uma vez que nela estavam em causa obras de melhoramento das bancadas e refrigeração, tendo questionado a que candidatura se estava a referir. Ademais, referiu que a substituição do telhado não caberia naquela candidatura, obra que naturalmente aproveitaria se fosse o caso.

De seguida, o Sr. Vereador António Antunes reiterou que na sua opinião seria perfeitamente enquadrável.

Posto isto, manifestou a Sra. Presidente que não enquadrava aquela obra, até porque esclareceu essa mesma dúvida com a Pinhais, para além disto referiu que o montante disponibilizado não seria suficiente. Acrescentou que na sua opinião deve ser procurada uma solução que melhor se adapte àquele fim.

Retomando, questionaram os Srs. Vereadores do PS que solução teria, e para que local queria deslocalizar o mercado, tendo a Sra. Presidente referido que ainda estava a analisar as soluções possíveis, não havendo, por isso, uma decisão acerca do tema.

Indagou o Sr. Vereador António Antunes se já teriam equacionado a possibilidade de manter aquele espaço garantindo melhores acessibilidades, tendo a Sra. Presidente respondido que, considerando as características do local e dos



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

problemas tidos no mesmo, se equacionou que a deslocalização poderia ser a melhor solução.

Alertou o Sr. Vereador António Antunes que retirar o mercado daquele espaço central poderá levar a que haja menos pessoas no mesmo, opinando que aquele poderia continuar a ser o espaço, mas visto de outra forma, para que fossem arrançadas as acessibilidades e o estacionamento.

Relativamente ao mercado, interveio o Sr. Vereador João Graça alegando que já foram equacionadas várias soluções que se oferecem bastante onerosas. Uma delas passaria pela requalificação da envolvente e a criação de um estacionamento subterrâneo com acesso ao mesmo, no entanto, teria sempre que ser mantido o acesso à Santa Casa da Misericórdia, isso porque, caso não seja um parque subterrâneo aquela entrada será sempre necessária, sem esquecer o facto de que a própria entrada detém características específicas.

De seguida, o Sr. Vereador António Antunes abordou a questão do Pavilhão empresarial da Barros III, questionando se a Câmara Municipal irá ou não adquirir a referida fábrica e se ainda se encontram em negociações. Além disso, evidenciou que foram realizadas limpezas ao mesmo há cerca de dois ou três meses.

Acrescentou que dois anos volvidos de negociações e troca de documentação fará com que o respetivo dossiê solicitado pelos Srs. Vereadores do PS chegar à sua posse já seja bastante extenso.

Prosseguindo questionou novamente se apostariam naquele Pavilhão para uma resposta imediata a possíveis investidores ou se deixariam e aguardariam que o problema da RibeiraPera se resolvesse, indagando por fim se a RibeiraPera estaria envolvida naquele processo de aquisição da Barros III. Por fim referiu que há questões às quais não conseguem dar resposta.

Nesta senda, a Sra. Presidente referiu que a RibeiraPera não se encontra envolvida, mas que, em termos empresariais é uma questão a estudar.

Em relação à Barros III, esclareceu que a referida limpeza foi requerida pela Câmara ao administrador da insolvência de forma a que seja realizada uma avaliação do pavilhão, salientando que tem todo o interesse em resolver com celeridade a questão, até porque estão a falar de uma verba de quase meio milhão de euros, que permitiria ter o orçamento de outra forma, pois, com a disponibilização deste valor haveria uma margem de manobra e até, em termos de candidaturas, de cerca de 3 milhões de euros.

Retomando, os Srs. Vereadores referiram que aquilo que teria sido dito pela Sra. Presidente se afirmava como preocupante, uma vez que, no seu entendimento, acabara de frisar que preferia ver libertada aquela verba para outras candidaturas do que adquirir o pavilhão, o que, imediatamente foi negado pela Sra. Presidente.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes reiterando que é evidente que a RibeiraPera não detém estrutura para adquirir aquele pavilhão, contudo coisa



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

diferente seria se a Câmara Municipal assumisse o propósito de a adquirir e posteriormente, mediante um comodato ou cedência à RibeiraPera, permitisse que a mesma, à luz do seu objeto, fizesse a gestão e dinamização daquele pavilhão, acrescentando, ainda que, no que concerne a matéria empresarial, Figueiró dos Vinhos deu 10-0 a Castanheira.

Relativamente a este comentário, a Sra. Presidente reiterou que o negócio concretizado em Figueiró nada tem a ver com o proposto para a Barros III, ao que o Sr. Vereador Gonçalo contrapôs dizendo que o custo da infraestrutura foi bem menor.

De seguida, questionou o Sr. Vereador António Antunes sobre o custo da aquisição e intervenção da Barros III, para que consigam comparar as duas realidades, tendo a Sra. Presidente afirmado não ter um valor a apontar, uma vez que o mesmo depende da avaliação que irá ser realizada.

Considerando o que foi dito, o Sr. Vereador António Antunes referiu que a ausência de respostas se deve ao facto de ainda não terem considerado verdadeiramente o assunto na medida em que se tivessem uma solução estruturada para a Barros já saberiam que tipo de intervenção carecia o edifício, e por sua vez conseguiriam dar de forma aproximada um valor com o qual poderiam comparar com o investimento realizado em Figueiró dos Vinhos, que implicou um custo de 60 mil euros de aquisição daquele edifício, ao qual acresceu um investimento de 1 milhão e duzentos mil euros de custos de reformulação.

Em resposta, a Sra. Presidente referiu a diferença de valores de aquisição existente, uma vez que a aquisição da Barros implicará uma verba de 435 mil euros, e não de 60 mil.

Relativamente a isto, adiantou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que o pressuposto utilizado se assume completamente errado e que, por sua vez, poderá comprometer a estratégia de captação de investimento. Ademais, solicitou que fosse realizado um esforço na tentativa de entender o contributo que os Srs. Vereadores estariam a tentar conceder na matéria, uma vez que a prioridade é a capacidade de resposta a possíveis investidores, “senão um dia destes está-nos a dizer, como disse há um ano atrás, que não fez nada em relação a determinada matéria”.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador António Antunes lamentando que haja escusa nesta questão com fundamento na avaliação, nisto e naquilo, e que o assunto seja empurrado e que seja dito que provavelmente se não fosse aquele valor cativo que outras candidaturas já poderiam ter avançado, ao que a Sra. Presidente reiterou, mais uma vez, que não disse isso, que antes se referia aos termos do orçamento.

Acrescentou o Sr. Vereador António Antunes que tal afirmação se assume como um contrassenso.





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

Continuando a análise ao orçamento, referiu que têm esperança que o ano de 2020 e no que diz respeito à rede viária municipal, sejam realizadas as intervenções que restam e que se acham necessárias. No tocante à rubrica 701 413 – Requalificação do espaço público da Alameda das Rocas e Reabilitação da frente ribeirinha da Ribeira de Pera, e considerando que o projeto já existiria, questionou como estaria o processo, se a obra se iria realizar e se o projeto seria reformulado ou se se manteria o mesmo.

Informou a Sra. Presidente que o projeto já teria sido reformulado, averiguando-se o que era ou não exequível em termos de construção, informando que haveria para além da questão do terreno, a questão da impossibilidade de certos ensombramentos, acrescentando que existiam questões pendentes.

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes reafirmou a existência de rubricas que já vêm de 2017, aproveitando para relembrar a necessidade de solucionar rapidamente o acesso pedonal da ponte dos Esconhais. Para além disso, questionou acerca das intervenções que serão realizadas na reformulação da Praia Fluvial do Poço Corga, considerando que as mesmas não faziam parte daquele documento do Sr. Vereador João Graça.

Esclareceu o Sr. Vereador João Graça que as alterações que se pretendem realizar têm a ver com a aquisição da bandeira azul que, por sua vez, implica uma série de alterações naquela praia a nível de acessibilidades e dos próprios acessos à água, que devem ter um varão de suporte, bem como outros requisitos exigidos.

Esclarecida a pergunta do Sr. Vereador António Antunes, este ressaltou que a questão da amortização dos empréstimos somente estava patente na nota introdutória, mas não no conteúdo do orçamento.

Quanto a isto, clarificou a Sra. Presidente que não poderia constar do documento, uma vez que ainda não se encontram amortizados, pelo que não se assumia como lógico abrir uma rubrica destinada a tal.

Retomando, o Sr. Vereador António Antunes corroborou das palavras do Sr. Vereador Gonçalo Lopes acerca da nota introdutória, acrescentando que de facto, lhe falta uma estratégia a nível de criação de emprego e fixação de pessoas, o que no seu entender é preocupante, de mais a mais, também as iniciativas que serviram de campanha eleitoral do PSD em 2017, como a atração de investidores e um conjunto de iniciativas, se esfumaram.

No uso da palavra, a Sra. Presidente afirmou que existe um conjunto de iniciativas privadas que se têm concretizado no território, ao que o Sr. Vereador António Antunes respondeu ser somente na área do turismo e que tal não chega.

A Sra. Presidente anuiu ao comentário, afirmando, contudo, que tal se configura como o início, e que veio colmatar uma falha sentida no território, tal como existe na área da restauração.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

Acrescentou o Sr. Vereador António Antunes que as áreas referidas se associam ao Turismo, e nessa área consideram que existe estratégia e investidores para colmatar a falta de alojamento. Todavia, também se assume como prioritário atrair empresas que permitam, não só conceder melhores condições de trabalho aos munícipes de Castanheira, mas também atrair pessoas de outros territórios que, com outros incentivos concedidos por parte do Município, se poderiam fixar neste território.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente indicar que estariam a fixar-se pessoas neste concelho, o que foi rebatido pelo Sr. Vereador António Antunes, informando ter conhecimento de três casos de pessoas jovens que vão sair de Castanheira em busca de novas oportunidades.

Dito isto, referiu a Sra. Presidente que era de lamentar que o Município não detivesse um incentivo tão atrativo nessa matéria, mas que por isso é que esse vetor estaria aberto no orçamento, para que, no próximo ano, o Município pudesse ter uma ação direta ao nível de atração e fixação de população. Para além disto manifestou a sua expectativa em relação à criação do novo Ministério da coesão territorial, e na criação de medidas que possam vir a beneficiar estes territórios.

Intervindo, o Sr. Vereador António Antunes referiu entender que a criação do Ministério em causa assenta na regionalização que, a acontecer, poderá implicar situações menos benéficas para concelhos como estes. Ademais, manifestou que apesar de ser a favor do regionalismo, tal pode consubstanciar um tipo de intervenção, designadamente a agregação de Municípios, que poderá resultar em soluções menos favoráveis.

Acrescentou ainda que a acontecer este panorama foram dois anos a perder pontos e a deixar fugir investimento, adiantando que a falta de estrutura não se oferece como fundamento.

Retomando, a Sra. Presidente afirmou que apesar de nestes dois anos não se terem colmatado todas as necessidades sentidas, houve efetivamente lugar a intervenções, ao que o Sr. Vereador António Antunes contrariou, alegando que se recusou investimento, referindo-se à Lusiaves.

Relativamente a esta questão, a Sra. Presidente garantiu que não houve recusa da Lusiaves, referindo que foram apresentadas diversas soluções àquela empresa, sendo que uma delas tinha algumas condicionantes que não foram ultrapassadas até aos dias de hoje.

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que a Sra. Presidente deveria colocar-se na posição do investidor, que tem dinheiro e vontade para investir. Todavia, um investidor não procura soluções que lhe tragam problemas, aproveitando para sublinhar que quem necessita do investimento é o Município, e que por maioria de razão, caberia a este procurar apresentar as melhores soluções aos investidores.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

Interveio o Sr. Vereador João Graça esclarecendo que quando contactados pela referida empresa, empenharam-se em apresentar um conjunto de soluções, sendo que até apresentaram uma que somente se compunha por terrenos particulares, outra que se compunha por terrenos baldios e municipais. Aditou que após a apresentação das várias soluções, da realização de uma visita aos vários locais com mapas detalhados daquelas zonas compreendidas deixaram de receber qualquer contacto por parte da Lusíaves.

Acrescentou a Sra. Presidente que a empresa em causa estaria muito bem assessorada, e que nas reuniões participaram cerca de 30 pessoas, incluindo a CCDRC, e que nem elas conseguiram ultrapassar os constrangimentos existentes.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes por forma a deixar algumas notas em jeito de declaração de voto, tendo, nesta senda, referido que o Município desde 2008 a 2017, esteve numa situação em que era quase preciso autorização para *“adquirir um prego”*, na medida em que não era permitido gastar um cêntimo a mais daquilo que era o plano, isto é, exigia-se um cumprimento escrupuloso do mesmo.

Acrescentou que situação diversa foi a que foi herdada por este executivo, uma vez que o Município saíra a 30 de junho de 2017 da situação de défice excessivo e do reequilíbrio financeiro, pelo que readquirira margem para investimento, situação proibida até então. Acresce que herdaram um saldo de gerência de 2 milhões e cento e qualquer coisa, a somar à saída do reequilíbrio financeiro, dito por outras palavras, a somar à capacidade de candidatar investimento. Para além disto, referiu que herdaram, fruto da tragédia que assolou o concelho e da preocupação do Governo em melhorar as condições nestes territórios, um valor significativo que há-de rondar os 5 milhões de euros em candidaturas financiadas. Ora, aditou, que fruto disto, Castanheira de Pera laborou com um orçamento de 9 milhões de euros em 2018, denotando que tal configura uma situação de exceção e que esta, como têm vindo a alertar nestes dois anos, deveria também ter sido vista como uma oportunidade, isto é, deveria ter sido capitalizada por forma a constituir-se como oportunidade. Consideram os Vereadores do PS que neste orçamento, à semelhança do anterior, o executivo não tem tido a capacidade de estar à altura dos desafios que este momento exige, por variadíssimas ordens de razão, tais como os de ordem técnica, e de recursos humanos.

Prosseguindo, referiu que este constitui o entendimento dos Vereadores do PS e que, mais uma vez, consideram este orçamento “curto” do ponto de vista da estratégia de desenvolvimento que transmita confiança às pessoas que queiram viver cá e trabalhar cá, tal como indicado na nota introdutória.

Continuando, lamentou que aquele documento apresentado pelo Sr. Vereador João Graça não tenha sido incluído no orçamento, uma vez que considera que o mesmo aponta o caminho, explicita os números e, assim, enriqueceria o Orçamento, o que seria importante para quem o lê, daí que não possa deixar de apontar essa lacuna.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

Seguidamente, a Sra. Presidente esclareceu que, em consideração aos constrangimentos, todos gostariam de ter e apresentar uma perspetiva diferente.

Por fim, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes concluiu dizendo que a Sra. Presidente conseguiu quase replicar *ipsis verbis* aquilo que disse no ano anterior no tocante a esta matéria.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por maioria e em minuta com os votos contra dos Srs. Vereadores do PS.

**3. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA 2020**

Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, adaptado à administração local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo respetivo órgão deliberativo, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 €, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/ 2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, quando envolvam entidades da administração local, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal;

Considerando que a alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do mesmo normativo legal determina que, para as entidades do subsetor da administração central, direta ou indireta, e segurança social e entidades públicas do Serviço Nacional de Saúde, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a decisão prévia conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela, salvo quando resultarem da execução de planos plurianuais legalmente aprovados.

Propõe-se que, ao abrigo das disposições legais e enquadramento supracitados, por motivos de simplificação e celeridade processuais e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do Setor Público Administrativo, a Câmara proponha à Assembleia Municipal que delibere:

1 - Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/ 2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 21/2019**

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2019

- a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

2 - A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia ora proposta, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/ 2012, de 21 de fevereiro, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3 - A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.

4 - O regime de autorização previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2, já assumidas, a assumir, ou que tenham produzido efeitos no dia imediatamente a seguir à tomada de deliberação da Assembleia Municipal.

5 - Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**ENCERRAMENTO**

**6. ENCERRAMENTO**

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram doze horas e dezasseis minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: \_\_\_\_\_

A Secretária: \_\_\_\_\_